



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Presidência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo descrever a contratação de empresa para prestação de Serviços Técnicos na área de **GERENCIAMENTO, DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO (EVOLUTIVA E CORRETIVA) para os sistemas de informação do Instituto Estadual do Ambiente – Inea**, em conformidade com a Lei nº 8666/1993 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências) e o Decreto Estadual nº 46.642/2019 (Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro).

1.2. Identificação dos objetos, quantidades, valores e correlação no sistema SIGA:

IT	CÓD. ID.	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO SISTEMA SIGA	MÉTRICA ADOTADA	QUANT DE CONTRATO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR TOTAL
1	157748	Gerenciamento do Sistema – Serviços perenes de Desenvolvimento, implantação, manutenção e operação de Sistemas de Informação do INEA, com entrega de relatórios mensais e relatório final.	SERVICOS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, DESCRICAO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, NAS AREAS DE SISTEMAS DA INFORMACAO, TIPO SERVICO: SERVICO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS EM SISTEMAS DE INFORMACAO, ORIGEM: PESSOA JURIDICA	Custo Fixo Mensal	24 meses	Serviço	01	R\$ 11.095.059,32
2	117163	Desenvolvimento, implantação e manutenção e operação de Sistemas de Informação do INEA, sob demanda.	SERVICOS DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA, DESCRICAO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO	UST	86.988 UST's (sob demanda)	Pontos p/ Função	86.988	R\$ 12.508.874,40
VALOR TOTAL								R\$ 23.603.933,72

1.3 Termos e definições utilizados:

Aplicativo - Software que geralmente envolve o processamento de dados. Esse tipo de programa deve cumprir alguns requisitos, como desempenhar uma função, independente da complexidade, processar dados em informações, organizar tarefas, facilitar atividades, entre outras.

Backbone - É uma rede principal por onde os dados dos clientes da internet trafegam. Ele controla o esquema de ligações centrais de um sistema mais abrangente com elevado desempenho.

Base de Conhecimento - Nome dado a um sistema ou plataforma capaz de centralizar dados e informações-chave sobre um determinado produto ou serviço.

Base-line - A tradução de baseline é linha de base. Baseline do projeto, portanto, é a linha de base do projeto, que significa um ponto de partida muito bem definido, ou seja, uma referência composta pelos itens escopo do projeto, cronograma e orçamento.

Batch - Um aplicativo batch é um arquivo de texto contendo linhas com comandos que podem ser executados sequencialmente pelo interpretador de comandos do MS-DOS, Windows ou OS/2.

Catálogo de Serviços - Ferramenta que reúne todos os serviços que a área de tecnologia da informação oferece e as principais informações sobre eles.

Datacenter - Ambiente projetado para abrigar servidores e outros componentes como sistemas de armazenamento de dados (storages) e ativos de rede (switches, roteadores).

Metodologia de Desenvolvimento de Software, MDS - Conjunto de boas práticas em desenvolvimento de sistemas que serão utilizadas pelas equipes de desenvolvimento e manutenção de softwares.

Active Directory (AD) – Ferramenta da Microsoft utilizada para o gerenciamento de usuários de rede, denominada serviço de diretório. Trata-se de um protocolo livre que é conhecido como o padrão do mercado para gerenciamento de informações de diretório distribuído em uma rede.

Ordem de Serviço – Documento que formaliza o serviço a ser prestado para um cliente e serve como ponto de partida para a organização do trabalho. Com ela, as empresas prestadoras de serviços conseguem se planejar e organizar as demandas para o atendimento, mantendo o fluxo de trabalho sob controle.

Plano Estratégico e Diretor de TIC, PEDTIC – Instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC onde dará ao gestor do órgão o acesso de como está a TIC do seu órgão. O documento permite avaliar a situação atual do órgão em relação à TIC, o andamento dos projetos e atividades, bem como identificar e estabelecer prioridades de TIC em um horizonte de curto e médio prazo, analisando e verificando possíveis correções na gestão de TIC. **Storage** – Repositório onde serão centralizados os dados de rede local de sua empresa, mas que também pode assumir outras funções e servir, por exemplo, como servidor de arquivos de backup, área de compartilhamento e colaboração – tudo que envolve a administração e o processamento de dados armazenados.

2. DO OBJETIVO

2.1 O serviço de **GERENCIAMENTO, DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO (EVOLUTIVA E CORRETIVA)** tem como finalidade o atendimento de solicitações relacionadas a sistemas, além de ações proativas de identificação de falhas e aplicação de correções e melhorias para os sistemas do INEA, realizando também, o mapeamento de processos, gerenciamento de projetos e a organização de toda a infraestrutura de servidores, garantindo assim, uma maior e melhor gestão das informações geradas pelo órgão.

3. DO OBJETO

3.1. O presente Termo de Referência visa à contratação, via certame licitatório, da empresa especializada na prestação de SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE GERENCIAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, através de Custo Fixo Mensal para as atividades perenes do gerenciamento dos sistemas e através de Unidade de Serviço Técnico – UST para os serviços de desenvolvimento sob demanda (sem obrigatoriedade de consumo mínimo), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

3.1.1. Entre as atividades relativas ao objeto da presente contratação, destacam-se:

a. Gerenciamento de sistemas

O gerenciamento do desenvolvimento e sustentação especializada deverá gerir a implementação e a operação dos sistemas de informação, bem como a automatização dos processos dando suporte com recursos especializados predominantemente em desenvolvimento de sites, portais e sistemas web, de acordo com as fases do ciclo de vida de um desenvolvimento, bem como a produção de artefatos necessários às fases de concepção, elaboração, construção e transição, manutenção evolutiva, alteração e exclusão de funcionalidades em aplicações em produção, decorrentes de alterações de regras de negócio, implementação de rotinas para implantação de um sistema existente, manutenção adaptativa de mudanças que permitam adaptar o sistema a novos ambientes operacionais ou evoluções da tecnologia utilizada na sua implementação, manutenção perfectiva em códigos de programa e/ou componentes já existentes, que não visem correção de falhas no sistema, mas melhorias de desempenho, manutenibilidade, adaptabilidade e ou usabilidade, manutenção corretiva para correção e alteração de requisitos, projeto, código, conjunto de testes ou documentação, quando necessário, em face de falhas no funcionamento de sistema e alteração em razão de incidentes de TI, detectados em sistemas no ambiente de produção, e atividades de apoio conforme definido, **que atuarão de forma perene nas dependências da instituição (presencial) e/ou através de trabalho remoto (não presencial), conforme necessidade ou solicitação do Órgão, compondo as equipes de desenvolvimento e sustentação**

b. Serviços de desenvolvimento de sistemas de informação sob demanda Correspondem ao desenvolvimento de novos sistemas a partir de especificações estabelecidas pelo Inea, aplicando os procedimentos necessários à garantia de qualidade do produto **sendo efetuados sob demanda, através de ordens de serviço, a qualquer tempo dentro da validade do contrato e não obrigatoriamente nas dependências do Inea e sem a obrigatoriedade de consumo mínimo.**

Este serviço abrange todas as fases do processo de desenvolvimento de sistemas, desde a análise de viabilidade até a sua efetiva disponibilização para o usuário final em ambiente de produção, incluindo a migração, os testes, o controle de qualidade e a capacitação necessária para a utilização desses sistemas.

c. Serviços de manutenção de sistemas de informação

Corresponde às modificações em sistemas existentes ou internalizados após o final da garantia de um serviço de desenvolvimento. Tem o objetivo de prevenção, correção de falhas, implementação de melhorias ou adaptações, classificadas conforme abaixo:

Manutenção corretiva: Consiste na correção de defeitos em sistemas em produção. Abrange comportamentos inadequados que causem problemas de uso ou funcionamento de sistema e quaisquer desvios em relação aos requisitos aprovados.

Manutenção evolutiva: Consiste na inclusão, alteração e exclusão de características e/ou funcionalidades em aplicações em produção, decorrentes de alterações de necessidades de negócio e/ou imposições legais.

Manutenção adaptativas: Consiste na adequação de aplicações que não impliquem em inserção, alteração ou exclusão de funcionalidades visíveis a seus usuários. Exemplos: mudanças de versão de linguagens, sistemas gerenciadores de banco de dados e navegadores web, melhoria de performance etc.

Considera também, mas não se restringe a serviços complementares de gerenciamento do projeto, controle e garantia de qualidade, segurança da informação, redesenho de processos de negócio, suporte à informação, gerenciamento de ativos de informática, atualização de documentações de requisitos e/ou documentação técnica de sistemas e etc.

São serviços que serão realizados através dos trabalhos perenes (dentro da equipe de gerenciamento) nas localidades do Inea

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. As áreas finalísticas do Inea demandam à Gerência de Tecnologia da Informação – GERTEC suas necessidades para o gerenciamento, desenvolvimento, implementação, manutenção e operação dos sistemas de informação a fim de automatizar seus processos, ganhar celeridade e produtividade aliada a uma menor necessidade de mão de obra.

4.2. O quadro funcional atual da Gerência de Tecnologia do Inea, responsável pela manutenção, desenvolvimento de sistemas, portais e sites, além de todo o serviço de infraestrutura e suporte técnico, é quantitativamente e qualitativamente insuficiente para atender e manter as demandas atuais e futuras da Instituição. Principalmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental e seus recursos de apoio.

4.3. Para que esta gerência possa cumprir o seu papel, faz-se necessário disponibilizar os elementos básicos de infraestrutura, desenvolvimento, informação e serviços, de maneira aderente aos objetivos estratégicos da Instituição.

4.4. Além dos pontos acima, consideramos também o esforço de modernização do Estado do Rio de Janeiro, apoiado numa visão do uso estratégico das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e tendo em vista a maior racionalização do uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação e o aumento da qualidade do atendimento prestado ao cidadão.

4.5. Considerando também, que a melhora dos serviços públicos prestados ao cidadão passa obrigatoriamente pela sistematização/automatização, via adoção de sistemas de informação, que demandam recursos de TIC de forma exponencial.

4.6. Considerando que a necessidade de melhoria dos serviços públicos advém da própria mudança da sociedade e, por conseguinte, requer políticas de gestão que busquem o salto de qualidade e produtividade.

4.7. Considerando que essas mudanças se refletem nos órgãos e secretarias estaduais que necessitam cada vez mais de soluções tecnológicas para suportar os novos serviços ofertados à sociedade ou mesmo para otimizar/melhorar a eficiência de serviços já disponíveis.

4.8. Desta forma, optou-se por uma contratação de serviço que possa complementar a força de trabalho e atender às demandas da Gerência de Tecnologia da Informação – GERTEC do Inea.

4.9. Por fim, cabe mencionar que a contratação visa atender todas as demandas das diretorias do Inea e, ao mesmo tempo, complementar o atendimento prestado pela GERTEC à Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, tendo em vista que as demandas de ambos os órgãos são demandadas a GERTEC.

5. DO FUNDAMENTO LEGAL

Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019 que dispõe sobre o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

Decreto n. 7.174 de 12 de maio de 2010, regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

Lei nº 8.666 de 1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Decreto Estadual Nº 46.642 de 17 de abril de 2019, regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Nota Técnica SGE Nº 01/2015 de 11 de agosto de 2015;

Lei nº 13.709/2018, que institui a Lei Geral de Proteção de Dados; Lei nº 12.527/2011 – Lei de acesso à informação.

6. ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DO PARCELAMENTO DO OBJETO

6.1. Entende-se que o compartilhamento da responsabilidade técnica entre contratadas diferentes aumentaria os riscos, a complexidade de gestão e a sustentabilidade do serviço a ser prestado. No cenário de desenvolvimento contratado separadamente da manutenção e da definição de requisitos, é previsível que ocorram conflitos de responsabilidade quanto à origem dos defeitos do produto, se proveniente do sistema desenvolvido e mantido ou da infraestrutura onde ele é executado. Um exemplo seria o tratamento de incidentes de TI, que poderiam deixar de ser atendidos em virtude desse possível dissenso. Além disso, a passagem dos novos módulos ou funcionalidades desenvolvidas por uma contratada para serem executadas por outra contratada exigiria um esforço maior e mais complexo de documentação, comunicação, transferência de conhecimento e responsabilidades.

6.2. Dessa forma, afim de mitigar os riscos acima, a equipe da GERTEC entende que a divisão do objeto traria um prejuízo ao INEA.

6.3. Adicionalmente, o parcelamento da contratação não se traduz em vantagem financeira para o INEA, pois haveria perda de escala além de um custo adicional de controle

7. FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Serviços perenes de gerenciamento

7.1.1. A prestação dos serviços de gerenciamento será atendida de forma perene, através dos seguintes serviços existentes na Gerência de Tecnologia do Inea - GERTEC

SERVIÇO	ATIVIDADE
Planejamento	Gerenciamento de Projetos
	Análise de Requisitos
Sistemas	Arquitetura de Sistemas
	Desenvolvimento de Sistemas
Sustentação	Infraestrutura
	Suporte a sistemas

7.1.2. Caracterizam-se como recursos especializados predominantemente em desenvolvimento de sites, portais e sistemas, de acordo com as fases do ciclo de vida de um desenvolvimento, bem como a gestão de projetos e a produção de artefatos necessários às fases de concepção, elaboração, construção e transição, manutenção evolutiva, alteração e exclusão de funcionalidades em aplicações em produção, decorrentes de alterações de regras de negócio, implementação de rotinas para implantação de um sistema existente, manutenção adaptativa de mudanças que permitam adaptar o sistema a novos ambientes operacionais ou evoluções da tecnologia utilizada na sua implementação, manutenção perfectiva em códigos de programa e/ou componentes já existentes, que não visem correção de falhas no sistema, mas melhorias de desempenho, manutenibilidade, adaptabilidade e ou usabilidade, manutenção corretiva para correção e alteração de requisitos, projeto, código, conjunto de testes ou documentação, quando necessário, em face de falhas no funcionamento de sistema e alteração em razão de incidentes de TI, detectados em sistemas no ambiente de produção, e atividades de apoio conforme definido, que atuarão de forma perene nas dependências da instituição (Presencial), e/ou através de trabalho remoto (Não presencial) quando necessário, compondo as equipes de desenvolvimento e sustentação.

7.1.3. Como informado, estes serviços serão prestados nas instalações do Inea (Presencial) e/ou através de trabalho remoto (Não presencial), quando for autorizado pelo Órgão.

7.1.4. A Contratada, obrigatoriamente, deverá entregar relatórios mensais com, no mínimo, as seguintes informações:

- Suporte às atividades do INEA com descrição das atividades desempenhadas por cada um dos perfis ao longo do período;
- Acompanhamento do Plano de Trabalho;
- Evolução dos serviços no período;
- Planejamento e atividades referentes à preservação da Segurança das Informações contidas nas bases de dados;
- Levantamento e identificação dos riscos encontrados no ambiente e as atividades realizadas para resolvê-los;
- Acompanhamento dos incidentes de segurança ocorridos;
- Quadro demonstrativo sobre o avanço do mapeamento e documentação das bases de dados existentes no INEA;
- Andamento do planejamento para a integração das bases de dados;
- Avaliação do cenário de tecnologia encontrado no mês de referência e quais avanços ocorreram ou estão em andamento para a melhoria da maturidade do ambiente tecnológico do INEA;
- Procedimentos recomendados que poderão ser adotados, não apenas pela TI, mas pelas áreas de negócios afetadas, para que as Diretorias possam planejar ações de melhorias em seus processos de negócio em conjunto com a área de Tecnologia;
- Planejamento de atividades para o próximo mês;
- Outras informações que a Fiscalização julgar procedentes.

7.1.5. Ao final do Contrato, a Contratada deverá emitir um relatório final com, no mínimo, as seguintes informações:

- Fechamento das atividades desempenhadas por cada um dos perfis ao longo do período;
- Conclusão do Plano de Trabalho com o evidenciamento dos produtos entregues;
- Fechamentos dos riscos encontrados no ambiente e as atividades realizadas para resolvê-los;
- Evolução dos serviços no período;
- Conclusão das atividades referentes à preservação da Segurança das Informações contidas nas bases de dados;
- Fechamento dos incidentes de segurança ocorridos;

- Quadro demonstrativo sobre o avanço do mapeamento e documentação das bases de dados existentes no INEA;
- Conclusão do planejamento para a integração das bases de dados;
- Avaliação do cenário de tecnologia atual com as conclusões de avanços e sugestão de medidas para a melhoria da maturidade do ambiente tecnológico do INEA;
- Outras informações que a Fiscalização julgar procedentes.

7.1.6. Para os relatórios, a Contratada deverá incluir qualquer informação, além das citadas anteriormente, que sejam relevantes ao avanço do conhecimento da equipe técnica do Inea e para a melhoria da qualidade da infraestrutura tecnológica do órgão.

7.1.7. Caberá ao Inea, avaliar os relatórios apresentados, aceitando-os ou rejeitando e informando quais informações deverão ser melhoradas ou acrescentadas.

7.1.8. Caso não haja modificações nas informações após a manifestação do Órgão, poderão ocorrer sanções como advertência ou glosa do valor mensal. Esta poderá ocorrer após a formalização da primeira advertência não atendida.

7.1.9. Os serviços perenes de gerenciamento compreendem a documentação, a Manutenção Corretiva, a Manutenção Evolutiva e a Gestão de Projetos descritos neste Termo de Referência.

7.1.10. Além dos itens acima, poderá ser considerado o Indicador de Nível de Serviço para a aferição:

Indicador: Indicador de Disponibilidade de Perfis (IDP)

Descrição: Indicador de disponibilidade dos perfis que deverão estar disponíveis junto ao INEA.

Instrumento de Medição: Relatório de Perfis disponibilizados dentro do mês ou outra ferramenta homologada pelo CONTRATANTE.

O índice será calculado pela diferença entre o total de perfis exigidos no Termo de referência e o número de perfis que foram disponibilizados nos meses de avaliação pela CONTRATADA. A partir deste resultado, serão identificados os níveis dos indicadores de desempenho discriminados abaixo:

Fórmula de Cálculo/Aferição: $IDP = TP - TPD$

IDP = Índice de Disponibilidade de Perfis.

TP = Total de Perfis Exigidos no Termo de Referência.

TPD = Total de Perfis Disponibilizados no mês de avaliação.

Níveis

DESEJÁVEL: 0 (zero)

ACEITÁVEL: entre 1 (um) a 4 (quatro)

INACEITÁVEL: 5 (cinco) ou superior.

Glosa

DESEJÁVEL: Nenhuma.

ACEITÁVEL: Glosa de 0,5% sobre valor total das atividades apuradas no mês corrente.

INACEITÁVEL: Glosa de 2% sobre o valor total das atividades apuradas no mês corrente

7.1.11. As atividades terão como base as seguintes plataformas: Python, Django, bancos de dados PostgreSQL, PHP, .Net e/ou .Net Core, Angular e banco de dados SQL Server e Oracle. Podem ocorrer também, atividades que demandem conhecimentos em bancos de dados MySQL, SYBASE e linguagem Power Builder e novas tecnologias adotadas pelo órgão no decorrer do contrato.

7.2. Serviços de desenvolvimento de sistemas sob demanda:

7.2.1. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda do CONTRATANTE, mediante solicitação por Ordem de Serviço (OS) e sem garantia de consumo mínimo no decorrer do contrato, que será faturado após avaliação do relatório das atividades executadas, ponderadas conforme especificado no Catálogo de Serviços, sem prejuízo da apuração da produtividade dos demais requisitos para recebimento definitivo e penalidades contratuais cabíveis.

7.2.2. Obrigatoriamente, as tecnologias utilizadas deverão ser Python, Django, .Net e/ou .Net Core, Angular e bancos de dados PostgreSQL. Poderão ser adotadas outras tecnologias, desde que haja a concordância do setor de Tecnologia da Informação do Inea (GERTEC).

7.2.3. Os serviços sob demanda, não poderão utilizar os seguintes recursos perenes alocados no Inea, para o desenvolvimento das atividades demandadas: Programador de Sistemas de Informação (Desenvolvedor Dot Net Pleno) e Programador de Sistemas de Informação (Desenvolvedor Python Pleno).

7.2.4. Os demais perfis, poderão ser consultados ao longo do processo de trabalho e para a realização do procedimento de deploy para os ambientes de homologação e produção do Inea.

7.2.5. O desenvolvimento de sistemas demandados pelo INEA, deverão ser desenvolvidos pela CONTRATADA, testados e operacionalizados no ambiente computacional do INEA, e serão metrificados segundo o cronograma específico contido na Ordem de Serviço correspondente.

7.2.6. O modelo de prestação dos serviços pode ser representado, em seu nível mais alto, pelo fluxo genérico do andamento da OS definidos na tabela abaixo:

PASSO	RESPONSÁVEL	AÇÃO
1	INEA	Registra a demanda através do envio da OS com as necessidades do projeto.
2	CONTRATADA	Analisa a OS e apresenta um plano de trabalho com a previsão das atividades de catálogo, estimativas de UST e de prazos de início e fim de execução.
3	INEA	Avalia o plano de trabalho e autoriza a execução da OS.
4	CONTRATADA	Na data prevista de início, aloca os recursos necessários e inicia a execução.
5	CONTRATADA	Entrega os produtos da OS para avaliação
6	INEA	Faz o recebimento provisório da OS
7	INEA	Avalia cada produto, registrando os defeitos encontrados.

8	CONTRATADA	Corrige os defeitos e submete os produtos para a nova avaliação (retorna ao passo 7)
9	INEA	Quando todos os produtos forem aprovados, faz o recebimento definitivo e encerra a OS.

7.2.7 No início de cada demanda a CONTRATADA irá propor uma estimativa de esforço (UST) e o INEA confirmará ou retificará a estimativa. A primeira referência para cálculo de esforço é o “Catálogo de Serviços” a seguir:

SERVIÇO	ATIVIDADE	COMPLEXIDADE	UST
Requisitos e Análise	Detalhar requisito	Única	8
Arquitetura	Elaborar modelo de dados	Única	4
	Definir interface de serviço	Alta	5
		Média	3
		Baixa	1
	Elaborar parecer técnico de arquitetura	Única	12
	Avaliar viabilidade técnica de adequações no sistema em um ambiente	Única	12
Desenvolvimento	Programar Código Fonte (Novo Desenvolvimento)	Baixa	12
		Média	17
		Alta	24
	Programar Código Fonte (Manutenção evolutiva)	Baixa	9
		Média	15
		Alta	21
	Programar Código Fonte (Manutenção Adaptativa)	Baixa	1
		Média	5
		Alta	20

7.2.8 O pagamento será efetuado mensalmente em referência ao valor das OS finalizadas e somente ocorrerá mediante recebimento definitivo pelo gestor do contrato.

7.2.9. O valor de cada OS será calculado por meio da seguinte fórmula:

ValorOS = (QtdUST * ValUST), onde:
ValorOS = Valor total em reais da ordem de serviço;
QtdUST = Quantidade total de USTs conforme contagem aprovada pelo Contratante;
ValUST = Corresponderá ao valor em reais da unidade de serviço técnico

7.2.10 Haverá também, a verificação de qualidade de cada OS através do Indicador de Ordens de Serviço atendidas no prazo conforme tabela abaixo:

INDICADOR DE ORDENS DE SERVIÇO ATENDIDAS NO PRAZO		
Características do Indicador	Descrição	
1. Finalidade	Os indicadores de evolução serão aferidos a cada entrega de um pacote, previsto na Ordem de Serviço, entregue pela CONTRATADA ao CONTRATANTE	
2. Meta a cumprir	Indicador de Faixa de Ajuste inferior a 11 (onze)	
3. Instrumento de medição	Relatório de Ordens de Serviço	
4. Forma de acompanhamento	A CONTRATADA deverá gerar o relatório de ordens de serviço concluídas e homologadas pelo CONTRATANTE, contendo os seguintes itens para avaliação: 1. Identificador da OS; 2. Quantidade de UST prevista na OS; 3. Nome das atividades previstas na OS; 4. Data de início da execução da OS; 5. Esforço previsto para execução da OS em dias; 6. Tempo total utilizado para a execução da OS em dias.	
5. Periodicidade	Mensal	
6. Mecanismo de Cálculo	1. Índice de Atendimento de Prazo dos Pacotes da OS (IAPe) a. IAPe: Prevê multas para o não atendimento de prazos de entrega dos pacotes acordados em Ordem de Serviço. 2. Fórmula: a. IAPe = (Qtde dias úteis realizados / Qtde dias úteis previstos) – 1 * 100 i. Para cálculo da variável “Qtde dias úteis realizados”, será considerada como data de conclusão a última data de entrega de todos os itens de um pacote acordados em Ordem de Serviço pela Contratada; ii. Qtde dias úteis realizados = Data de Conclusão do Pacote – Data de Início do Pacote	
7. Início da vigência	Data da assinatura do Contrato	
8. Faixas de ajuste no pagamento	Resultado atingido no item “6. Mecanismos de Cálculo (IAPe)”	Descrição
	Abaixo de 20%	Nível aceitável – Não será cobrada multa. Será considerado 100% do valor da OS
	Entre 20,01 e 40%	Multa de 0,5% sobre o valor da respectiva OS

Entre 40,01 e 60%

Multa de 1% sobre o valor da respectiva OS

7.2.11. Para a execução destes serviços, a GERTEC (Solicitante) solicitará um plano de trabalho para a CONTRATADA através da emissão de uma Ordem de Serviço, que poderá solicitar maiores esclarecimentos ao solicitante, mas sem prejuízo da apuração do prazo máximo de sua entrega.

7.2.12. No Plano de Trabalho apresentado pela CONTRATADA deverá constar o orçamento prévio dos serviços, incluindo a contagem indicativa das UST da demanda, a descrição das atividades a serem realizadas no projeto, o prazo previsto para início das atividades e a previsão para a entrega do produto para a avaliação da CONTRATANTE.

7.2.13. O tempo máximo para a entrega do plano de trabalho será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do envio da solicitação. Caso necessário e a critério do solicitante, esse prazo poderá ser motivadamente estendido para garantir a boa execução dos serviços.

7.2.14. A CONTRATANTE será responsável pela análise e aprovação do Plano de Trabalho, devendo verificar se a contagem de UST e o cronograma da solução apresentada estão de acordo com o Catálogo de Serviços.

7.2.15. Caso a CONTRATANTE aprove o Plano de Trabalho poderá, a seu critério, autorizar ou não o início da execução das atividades da OS, devendo, nesse segundo caso, apresentar nos autos as justificativas pela não autorização. Em caso de não conformidade, a CONTRATADA terá até 05 (cinco) dias úteis da comunicação para revisá-lo e encaminhar nova proposta para validação.

7.2.16. Caso a CONTRATADA não concorde com as alterações propostas pelo CONTRATANTE, haverá negociação, na qual as partes apresentarão suas considerações, fundamentando-se nos aspectos de qualificação e quantificação dos produtos/artefatos, na justa remuneração dos serviços e no interesse público.

7.2.17. O processo de execução do serviço poderá ser alterado a qualquer momento, em comum acordo entre CONTRATANTE e CONTRATADA

7.3. Como regra, a cada demanda de projeto de desenvolvimento, manutenção evolutiva e manutenção adaptativa relacionada a funcionalidades já existentes e não documentadas, deverão ser gerados todos os artefatos permanentes relacionados ao serviço.

7.4. No caso de manutenções corretivas que impliquem em correção de artefatos ou modificações na arquitetura do sistema deverão ser gerados todos os artefatos permanentes relacionados ao serviço.

7.5. Ambientes Utilizados

7.5.1. Deverão ser observados pela CONTRATADA as regras de segurança e os critérios de utilização praticados no INEA para os ambientes de produção, homologação e desenvolvimento.

7.5.2 A utilização dos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção é obrigatória para todos os sistemas.

7.5.3. É vedada a utilização do ambiente de produção para desenvolvimento, testes e outros fins estranhos à utilização normal do usuário, bem como a utilização dos demais ambientes para operações de produção.

7.5.4. É de responsabilidade da CONTRATADA evitar que as operações realizadas em um ambiente interfiram nos demais ou nos serviços realizados por outras empresas ou pelos servidores do CONTRATANTE.

7.5.5. É de responsabilidade da CONTRATADA: a manutenção e a atualização das funcionalidades e dados de configuração dos sistemas objetos deste termo de referência dos ambientes de desenvolvimento e homologação, de acordo com regras estabelecidas pelo CONTRATANTE.

7.5.6. É de responsabilidade da CONTRATADA manter o ambiente de homologação distinto do de produção, mas que simule e esteja o mais aderente possível ao ambiente de produção.

7.5.7. Antes de quaisquer modificações nos ambientes que possam prejudicar a utilização normal destes, a CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE um relatório de impacto com as modificações e as consequências esperadas no ambiente do CONTRATANTE.

7.5.8. Qualquer intervenção feita pela CONTRATADA no ambiente de produção deverá ser acompanhada pelos técnicos indicados pelo CONTRATANTE ou ser precedida de autorização expressa deste, por meio de ferramenta de controle do fluxo de trabalho ou qualquer outro meio que venha a ser adotado.

7.6. A CONTRATADA se compromete a manter consistentes e atualizados todos os artefatos produzidos e/ou alterados durante a execução dos serviços contratados.

7.7. O CONTRATANTE terá ampla liberdade de atualizar as versões dos sistemas operacionais e demais softwares de apoio utilizados para a prestação dos serviços, todos de sua propriedade ou com direito de uso, segundo sua necessidade e conveniência administrativa, cabendo à CONTRATADA, nestes casos, adaptar-se à mudança, sem custo adicional para o CONTRATANTE.

7.8. A CONTRATADA poderá utilizar ferramentas diferentes das padronizadas pelo CONTRATANTE, desde que formalmente aprovadas pela área técnica de TI do Inea (CONTRATANTE), com o intuito de garantir melhor desempenho na prestação dos serviços.

7.9. Todos os comprovantes de licenciamento de softwares disponibilizados pela CONTRATADA no ambiente do CONTRATANTE devem ser apresentados a este, antes da instalação das ferramentas.

7.10. No caso de utilização de outros softwares ou componentes, mediante autorização do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá capacitar a equipe definida pelo CONTRATANTE para a instalação e administração da ferramenta proposta, sem custo adicional para o CONTRATANTE.

8. LOCAL E HORÁRIO DOS SERVIDORES

8.1. Como informado neste Termo de Referência, os serviços relacionados ao Gerenciamento de Sistemas serão executados de forma presencial, nas dependências do INEA, no edifício Sede, localizado na Avenida Venezuela, nº 110 – Saúde – Rio de Janeiro/RJ, nos horários de funcionamento do Inea.

8.2. Quando autorizado pelo órgão, os serviços de gerenciamento poderão ser executados de maneira remota (não presencial), porém, todos os recursos de infraestrutura, de hardware e de software, assim como quaisquer outros necessários à execução dos serviços, como, por exemplo, de telecomunicações ou de dados, computadores e ferramentas de desenvolvimento, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, incluindo-se a interconexão segura com a rede de informática do

INEA, sem ônus adicionais, seguindo as regras e políticas deste.

8.3. Em relação aos serviços de desenvolvimento sob demanda, serão executados de forma remota, respeitando o plano de trabalho apresentado e aprovado pelo INEA após a emissão da Ordem de Serviço correspondente.

8.4. A CONTRATADA deverá possuir um preposto tecnicamente qualificado, com atribuição para receber e dar andamento à execução das OS, promover constantemente a verificação da conformidade dos serviços entregues (gestão dos serviços), supervisionar e controlar os recursos humanos empregados na prestação dos serviços, respondendo perante o INEA por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelos perfis disponibilizados

9. VOLUME ESTIMADO DOS SERVIDORES DE GERENCIAMENTO E DESENVOLVIMENTO

9.1. Para os serviços perenes do gerenciamento, foram considerados os perfis necessários para o atendimento contínuo de gerenciamento de projetos, sustentação, manutenção (evolutiva e corretiva) dos sistemas legados do Inea, além da criação de relatórios gerenciais e documentações técnicas.

9.1.1. Como informado no item 7.1.1, os serviços de gerenciamento foram distribuídos entre os serviços existentes na Gerência de Tecnologia do Inea – GERTEC:

SERVIÇO	ATIVIDADE
Planejamento	Gerenciamento de Projetos
	Análise de Requisitos
Sistemas	Arquitetura de Sistemas
	Desenvolvimento de Sistemas
Sustentação	Infraestrutura
	Suporte a sistemas

9.1.2. Para cada atividade acima listada, foram listados os quantitativos e perfis necessários para a execução das atividades perenes e que farão parte dos níveis mínimos de serviços:

ATIVIDADE	PERFIL	QTD.
Arquitetura de Sistemas	Administrador de Dados Pleno	1,00
Análise de Requisitos	Analista de Requisitos de Negócios Pleno	2,00
Infraestrutura	Analista de Segurança da Informação	1,00
Infraestrutura	Analista de Middleware - Suporte Oracle Pleno	1,00
Infraestrutura	Arquiteto de Infraestrutura	1,00
Arquitetura de Sistemas	DBA Administrador de Banco de Dados Pleno	1,00
Desenvolvimento de Sistemas	Programador de Sistemas de Informação (Desenvolvedor Dot Net Pleno)	2,00
Desenvolvimento de Sistemas	Programador de Sistemas de Informação (Desenvolvedor Python Pleno)	3,00
Suporte a Sistemas	Analista de BI (Business Intelligence)	1,00
Suporte a Sistemas	Analista de Suporte	2,00
Arquitetura de Sistemas	Arquiteto de Sistemas (Pleno)	1,00
Gerenciamento de Projetos	Coordenador do Contrato de Gerenciamento	1,00
Gerenciamento de Projetos	Gerente de Projetos	1,00
Gerenciamento de Projetos	Técnico em gestão de projetos	1,00
Gerenciamento de Projetos	Técnico de Suporte	4,00
Gerenciamento de Projetos	Secretária (o)	1,00
Gerenciamento de Projetos	Estagiário de nível superior	1,00
Gerenciamento de Projetos	Veículo com combustível e motorista (HP)	123,20h
Gerenciamento de Projetos	Veículo com combustível e motorista (HI)	52,80h
Gerenciamento de Projetos	Despesas administrativas e materiais, inclusive diárias, estacionamento e pedágios.	3%

Os valores adotados na planilha foram estimados com as seguintes bases:

a) Para os perfis profissionais das atividades Arquitetura de Sistemas, Análise de Requisitos, Infraestrutura, Desenvolvimento de Sistemas e Suporte de Sistemas utilizamos o valor médio de remuneração da profissão (Fonte: Salario.com.br - Novo CAGED/eSocial/Empregador Web - Atualização: 25 de Novembro de 2022), acrescentando-se os custos de encargos sociais para profissionais mensalistas sem desoneração (77%), indicados pelo EMOP no Boletim Mensal de Custos – 13ª edição – dezembro/2022.

b) Para os perfis profissionais das atividades de Gerenciamento de Projetos adotamos o caderno de encargos EMOP, já incluídos os encargos sociais, tendo como referência as tabelas do mês 12/2022;

O valor estimado a ser gasto com diárias, estacionamento e pedágios será pago a título de despesas administrativas com ressarcimento mediante comprovação.

9.2 Para a estimativa de quantidades dos serviços sob demanda em UST, foram considerados os projetos atendidos pela GERTEC ao longo de 2021, além dos atuais perfis disponibilizados pelo contrato 06/2019 (processo E-07/002.140/2018), atualmente responsável pelos serviços técnicos especializados de TI.

9.2.1. Desta forma, chegou-se a um total de **86.988 (oitenta e seis mil, novecentos e oitenta e oito) USTs** para os 24 meses da contratação para atendimento aos serviços **sob demanda** de desenvolvimento de sistemas, **sem garantia de consumo mínimo**.

9.2.2. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda do CONTRATANTE, mediante solicitação por Ordem de Serviço (OS) e sem garantia de consumo mínimo no decorrer do contrato, que será faturado após avaliação do relatório das atividades executadas, ponderadas conforme especificado no Catálogo de Serviços, sem prejuízo da apuração da produtividade dos demais requisitos para recebimento definitivo e penalidades contratuais cabíveis.

10. PRODUTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

10.1. Os serviços a serem contratados caracterizam-se como recursos especializados predominantemente em desenvolvimento de sites, portais e sistemas, de acordo com as fases do ciclo de vida de um desenvolvimento, bem como a gestão de projetos e a produção de artefatos necessários às fases de concepção, elaboração, construção e transição, manutenção evolutiva, alteração e exclusão de funcionalidades em aplicações em produção, decorrentes de alterações de regras de negócio, implementação de rotinas para implantação de um sistema existente, manutenção adaptativa de mudanças que permitam adaptar o sistema a novos ambientes operacionais ou evoluções da tecnologia utilizada na sua implementação, manutenção perfectiva em códigos de programa e/ou componentes já existentes, que não visem correção de falhas no sistema, mas melhorias de desempenho, manutenibilidade, adaptabilidade e ou usabilidade, manutenção corretiva para correção e alteração de requisitos, projeto, código, conjunto de testes ou documentação, quando necessário, em face de falhas no funcionamento de sistema e alteração em razão de incidentes de TI, detectados em sistemas no ambiente de produção, e atividades de apoio conforme definido, compondo as equipes de planejamento, desenvolvimento e sustentação.

10.2. Serviços perenes de Gerenciamento

10.2.1 Os serviços do Gerenciamento serão prestados de forma perene nas dependências da instituição (presencial) e/ou através de trabalho remoto (não presencial) conforme necessidade ou solicitação do Órgão.

10.2.2. A contratada, obrigatoriamente, deverá entregar relatórios mensais com, no mínimo, as seguintes informações:

- Suporte às atividades do INEA com descrição das atividades desempenhadas por cada um dos perfis ao longo do período;
- Acompanhamento do Plano de Trabalho;
- Evolução dos serviços no período;
- Planejamento e atividades referentes à preservação da Segurança das Informações contidas nas bases de dados;
- Levantamento e identificação dos riscos encontrados no ambiente e as atividades realizadas para resolvê-los;
- Acompanhamento dos incidentes de segurança ocorridos;
- Quadro demonstrativo sobre o avanço do mapeamento e documentação das bases de dados existentes no INEA;
- Andamento do planejamento para a integração das bases de dados;
- Avaliação do cenário de tecnologia encontrado no mês de referência e quais avanços ocorreram ou estão em andamento para a melhoria da maturidade do ambiente tecnológico do INEA;
- Procedimentos recomendados que poderão ser adotados, não apenas pela TI, mas pelas áreas de negócios afetadas, para que as Diretorias possam planejar ações de melhorias em seus processos de negócio em conjunto com a área de Tecnologia;
- Planejamento de atividades para o próximo mês;
- Outras informações que a Fiscalização julgar procedentes.

10.2.3. Ao final do Contrato, a Contratada deverá emitir um relatório final com, no mínimo, as seguintes informações:

- Fechamento das atividades desempenhadas por cada um dos perfis ao longo do período;
- Conclusão do Plano de Trabalho com o evidenciamento dos produtos entregues;
- Fechamento dos riscos encontrados no ambiente e as atividades realizadas para resolvê-los;
- Evolução dos serviços no período;
- Conclusão das atividades referentes à preservação da Segurança das Informações contidas nas bases de dados;
- Fechamento dos incidentes de segurança ocorridos;
- Quadro demonstrativo sobre o avanço do mapeamento e documentação das bases de dados existentes no INEA;
- Conclusão do planejamento para a integração das bases de dados;
- Avaliação do cenário de tecnologia atual com as conclusões de avanços e sugestão de medidas para a melhoria da maturidade do ambiente tecnológico do INEA;
- Outras informações que a Fiscalização julgar procedentes.

10.2.4. Para os relatórios, a Contratada deverá incluir qualquer informação, além das citadas anteriormente, que sejam relevantes ao avanço do conhecimento da equipe técnica do INEA e para a melhoria da qualidade da infraestrutura tecnológica do órgão.

10.2.5. Caberá ao Inea, avaliar os relatórios apresentados, aceitando-os ou rejeitando e informando quais informações deverão ser melhoradas ou acrescentadas.

10.2.6. Caso não haja modificações nas informações após a manifestação do Órgão, poderão ocorrer sanções como advertência ou glosa do valor mensal. Esta poderá ocorrer após a formalização da primeira advertência não atendida.

10.2.7. Além dos itens acima, poderá ser considerado o Indicador de Nível de Serviço para a aferição:

Indicador: Indicador de Disponibilidade de Perfis (IDP)

Descrição: Indicador de disponibilidade dos perfis que deverão estar disponíveis junto ao INEA.

Instrumento de Medição: Relatório de Perfis disponibilizados dentro do mês ou outra ferramenta homologada pelo CONTRATANTE.

- 10.2.8. O índice será calculado pela diferença entre o total de perfis exigidos no Termo de referência e o número de perfis que foram disponibilizados no mês de avaliação pela CONTRATADA. A partir deste resultado, serão identificados os níveis dos indicadores de desempenho discriminados abaixo:

Fórmula de Cálculo/Aferição: $IDP = TP - TPD$

IDP = Índice de Disponibilidade de Perfis.

TP = Total de Perfis Exigidos no Termo de Referência.

TPD = Total de Perfis Disponibilizados no mês de avaliação.

Níveis

DESEJÁVEL: 0 (zero)

ACEITÁVEL: entre 1 (um) a 4 (quatro)

INACEITÁVEL: 5 (cinco) ou superior.

Glosa

DESEJÁVEL: Nenhuma.

ACEITÁVEL: Glosa de 0,5% sobre valor total das atividades apuradas no mês corrente.

INACEITÁVEL: Glosa de 2% sobre o valor total das atividades apuradas no mês corrente

- 10.2.9. As atividades terão como base as seguintes plataformas: Python, Django, bancos de dados PostgreSQL, PHP, .Net e/ou .Net Core, Angular e banco de dados SQL Server e Oracle. Podem ocorrer também, atividades que demandem conhecimentos em bancos de dados MySQL, SYBASE e linguagem Power Builder e novas tecnologias adotadas pelo órgão no decorrer do contrato.

10.3. Serviços de desenvolvimento de sistemas sob demanda:

- 10.3.1 A execução dos serviços ocorrerá sob demanda do CONTRATANTE, mediante solicitação por Ordem de Serviço (OS) e sem garantia de consumo mínimo no decorrer do contrato, que será faturado após avaliação do relatório das atividades executadas, ponderadas conforme especificado no Catálogo de Serviços, sem prejuízo da apuração da produtividade dos demais requisitos para recebimento definitivo e penalidades contratuais cabíveis.
- 10.3.2. Obrigatoriamente, as tecnologias utilizadas deverão ser Python, Django, .Net e/ou .Net Core, Angular e bancos de dados PostgreSQL. Poderão ser adotadas outras tecnologias, desde que haja a concordância do setor de Tecnologia da Informação do Inea (GERTEC).
- 10.3.3 Os serviços sob demanda, não poderão utilizar os seguintes recursos perenes alocados no Inea, para o desenvolvimento das atividades demandadas: Programador de Sistemas de Informação (Desenvolvedor Dot Net Pleno) e Programador de Sistemas de Informação (Desenvolvedor Python Pleno).
- 10.3.4 Os demais perfis, poderão ser consultados ao longo do processo de trabalho e para a realização do procedimento de deploy para os ambientes de homologação e produção do Inea.
- 10.3.5. O modelo de prestação dos serviços pode ser representado, em seu nível mais alto, pelo fluxo genérico do andamento da OS definidos na tabela abaixo:

PASSO	RESPONSÁVEL	AÇÃO
1.	INEA	Registra a demanda através do envio da OS com as necessidades do projeto.
2.	CONTRATADA	Analisa a OS e apresenta um plano de trabalho com a previsão das atividades de catálogo, estimativas de UST e de prazos de início e fim de execução.
3.	INEA	Avalia o plano de trabalho e autoriza a execução da OS.
4.	CONTRATADA	Na data prevista de início, aloca os recursos necessários e inicia a execução.
5.	CONTRATADA	Entrega os produtos da OS para avaliação.
6.	INEA	Faz o recebimento provisório da OS.
7.	INEA	Avalia cada produto, registrando os defeitos encontrados.
8.	CONTRATADA	Corrige os defeitos e submete os produtos para a nova avaliação (retorna ao passo 7).
9.	INEA	Quando todos os produtos forem aprovados, faz o recebimento definitivo e encerra a OS.

10.3.6 No início de cada demanda a CONTRATADA irá propor uma estimativa de esforço (UST) e o INEA confirmará ou retificará a estimativa. A primeira referência para cálculo de esforço é o "Catálogo de Serviços" a seguir:

SERVIÇO	ATIVIDADE	COMPLEXIDADE	UST
Requisitos e Análise	Detalhar requisito	Única	8
	Elaborar modelo de dados	Única	4
	Definir interface de serviço	Alta	5
		Média	3
Arquitetura			

		Elaborar parecer técnico de arquitetura	Baixa	1
			Única	12
		Avaliar viabilidade técnica de adequações no sistema em um ambiente	Única	12
	Desenvolvimento	Programar Código Fonte (Novo Desenvolvimento)	Baixa	12
			Média	17
			Alta	24
		Programar Código Fonte (Manutenção evolutiva)	Baixa	9
			Média	15
			Alta	21
		Programar Código Fonte (Manutenção Adaptativa)	Baixa	1
			Média	5
			Alta	20

SERVIÇO	ATIVIDADE	COMPLEXIDADE	DEFINIÇÃO
Arquitetura	Definir interface de serviço	Alta	Quantidade de dados de entrada de saída envolvidos >= 30
		Média	Quantidade de dados de entrada de saída envolvidos >= 10 e < 30
		Baixa	Quantidade de dados de entrada de saída envolvidos < 10
Desenvolvimento	Programar código fonte (Novo Desenvolvimento)	Baixa	Codificação normal
		Média	Codificação com recursos de criptografia e/ou certificação digital
		Alta	Codificação com recursos de criptografia e/ou certificação digital e testes unitários
	Programar código fonte (Manutenção evolutiva)	Baixa	Codificação normal
		Média	Codificação com recursos de criptografia e/ou certificação digital
		Alta	Codificação com recursos de criptografia e/ou certificação digital e testes unitários
	Programar código fonte (Manutenção adaptativa)	Baixa	Apenas alterações mecânicas/repetitivas ou apenas questões de geração de builds ou configurações
		Média	Alterações que demandam análise e ajuste de forma moderada
		Alta	Alterações complexas com análise mais profunda e criativa.

10.3.7. O pagamento será efetuado mensalmente em referência ao valor das OS finalizadas e somente ocorrerá mediante recebimento definitivo pelo gestor do contrato. O valor de cada OS será calculado por meio da seguinte fórmula:

ValorOS = (QtdUST * ValUST), onde:

ValorOS = Valor total em reais da ordem de serviço;

QtdUST = Quantidade total de USTs conforme contagem aprovada pelo Contratante;

ValUST = Corresponderá ao valor em reais da unidade de serviço técnico.

10.3.8. Haverá também, a verificação de qualidade de cada OS através do Indicador de Ordens de Serviço Atendidas no Prazo conforme tabela abaixo:

INDICADOR DE ORDENS DE SERVIÇO ATENDIDAS NO PRAZO		
Características do Indicador	Descrição	
1. Finalidade	Os indicadores de evolução serão aferidos a cada entrega de um pacote, previsto na Ordem de Serviço, entregue pela CONTRATADA ao CONTRATANTE	
2. Meta a cumprir	Indicador de Faixa de Ajuste inferior a 11 (onze)	
3. Instrumento de medição	Relatório de Ordens de Serviço	
4. Forma de acompanhamento	A CONTRATADA deverá gerar o relatório de ordens de serviço concluídas e homologadas pelo CONTRATANTE, contendo os seguintes itens para avaliação: 1. Identificador da OS; 2. Quantidade de UST prevista na OS; 3. Nome das atividades previstas na OS; 4. Data de início da execução da OS; 5. Esforço previsto para execução da OS em dias; 6. Tempo total utilizado para a execução da OS em dias.	
5. Periodicidade	Mensal	
6. Mecanismo de Cálculo	1. Índice de Atendimento de Prazo dos Pacotes da OS (IAPe) a. IAPe: Prevê multas para o não atendimento de prazos de entrega dos pacotes acordados em Ordem de Serviço. 2. Fórmula: a. $IAPe = (Qtde \text{ dias úteis realizados} / Qtde \text{ dias úteis previstos}) - 1 * 100$ i. Para cálculo da variável "Qtde dias úteis realizados", será considerada como data de conclusão a última data de entrega de todos os itens de um pacote acordados em Ordem de Serviço pela Contratada; ii. $Qtde \text{ dias úteis realizados} = \text{Data de Conclusão do Pacote} - \text{Data de Início do Pacote}$	
7. Início da vigência	Data da assinatura do Contrato	
8. Faixas de ajuste no pagamento	Resultado atingido no item "6. Mecanismos de Cálculo (IAPe)"	Descrição
	Abaixo de 20%	Nível aceitável – Não será cobrada multa. Será considerado 100% do valor da OS
	Entre 20,01 e 40%	Multa de 0,5% sobre o valor da respectiva OS
	Entre 40,01 e 60%	Multa de 1% sobre o valor da respectiva OS

Rotina de execução dos serviços sob demanda

- 10.3.9 Para a execução destes serviços, a GERTEC (Solicitante) solicitará um plano de trabalho para a CONTRATADA através da emissão de uma Ordem de Serviço, que poderá solicitar maiores esclarecimentos ao solicitante, mas sem prejuízo da apuração do prazo máximo de sua entrega.
- 10.3.10 No Plano de Trabalho apresentado pela CONTRATADA deverá constar o orçamento prévio dos serviços, incluindo a contagem indicativa das UST da demanda, a descrição das atividades a serem realizadas no projeto, o prazo previsto para início das atividades e a previsão para a entrega do produto para a avaliação da CONTRATANTE.
- 10.3.11 O tempo máximo para a entrega do plano de trabalho será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do envio da solicitação. Caso necessário e a critério do solicitante, esse prazo poderá ser motivadamente estendido para garantir a boa execução dos serviços.
- 10.3.12 A CONTRATANTE será responsável pela análise e aprovação do Plano de Trabalho, devendo verificar se a contagem de UST e o cronograma da solução apresentada estão de acordo com o Catálogo de Serviços.
- 10.3.13 Caso a CONTRATANTE aprove o Plano de Trabalho poderá, a seu critério, autorizar ou não o início da execução das atividades da OS, devendo, nesse segundo caso, apresentar nos autos as justificativas pela não autorização. Em caso de não conformidade, a CONTRATADA terá até 05 (cinco) dias úteis da comunicação para revisá-lo e encaminhar nova proposta para validação.
- 10.3.14 Caso a CONTRATADA não concorde com as alterações propostas pelo CONTRATANTE, haverá negociação, na qual as partes apresentarão suas considerações, fundamentando-se nos aspectos de qualificação e quantificação dos produtos/artefatos, na justa remuneração dos serviços e no interesse público.
- 10.3.15 O processo de execução do serviço poderá ser alterado a qualquer momento, em comum acordo entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

11. CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

11.1 Deverão ser respeitados os perfis profissionais mínimos listados no Anexo I do Termo de referência, ao qual descreve toda a capacitação técnica mínima necessária para o desenvolvimento das atividades perenes.

11.2. Qualquer profissional alocado pela CONTRATADA que não demonstrar as qualificações exigidas para os perfis profissionais na execução dos serviços, deverá ser substituído em até 05 (cinco) dias úteis a partir da solicitação formal da CONTRATANTE.

11.3. Em caso de necessidade de mudança de profissional alocado nos perfis pela CONTRATADA, por motivos diferentes do citado no parágrafo anterior, a CONTRATADA terá 15 (quinze) dias úteis a partir da saída do profissional alocado para a apresentação de novo profissional que irá

preencher o perfil desfalcado.

11.4. Os recursos fornecidos pela CONTRATADA deverão possuir também experiência em instalação, configuração e parametrização de softwares em ambientes heterogêneos de Data Center, Deploy e migração de aplicações, bem como ter domínio, minimamente nas seguintes tecnologias/ferramentas: Plataforma .Net e/ou .NetCore, Python, Django, Angular, banco de dados Oracle e PostgreSQL, ambientes Linux e Windows Server. Podem ocorrer também, atividades que demandem conhecimentos em bancos de dados MySQL, SYBASE e linguagem Power Builder e novas tecnologias adotadas pelo órgão no decorrer do contrato.

11.5. A prestação dos serviços NÃO gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

11.6. Em relação ao corpo técnico do Inea, poderão ser solicitados pela CONTRATANTE, manuais técnicos e treinamentos à CONTRATADA, para que sejam garantidas a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato.

12. PROPRIEDADE DE SOFTWARE, PRODUTOS E SERVIÇOS

12.1. A contratação implica em necessidade de cessão de direitos autorais dos produtos entregues pela CONTRATADA em benefício do CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá entregar ao INEA toda e qualquer documentação gerada em função da prestação de serviços, objeto desta contratação.

12.2. A CONTRATADA cederá ao INEA, em caráter definitivo, o direito patrimonial e a propriedade intelectual dos sistemas desenvolvidos e dos resultados produzidos durante a vigência do Contrato, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, fontes dos códigos dos programas em qualquer mídia, páginas na Intranet e Internet e documentação didática em papel ou em mídia eletrônica.

12.3. A CONTRATADA fica proibida de veicular e comercializar os produtos e informações geradas, relativas ao objeto da prestação dos serviços, salvo se houver a prévia autorização por escrito do INEA.

12.4. Todos os produtos desenvolvidos pela CONTRATADA deverão ser entregues ao CONTRATANTE, que terá o direito de propriedade intelectual sobre os produtos e artefatos gerados nas etapas de desenvolvimento, de forma permanente, sendo vedada a alienação, transferência, cessão, divulgação, utilização ou qualquer outro ato que transfira à CONTRATADA ou a terceiros direitos sobre os produtos e artefatos produzidos em decorrência do contrato sem autorização, expressa e por escrito, do CONTRATANTE.

12.5. O CONTRATANTE, para todos os efeitos da aplicação da Lei nº 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e regulamentos correlatos, é o único proprietário dos produtos entregues pela CONTRATADA.

13. DO SIGILO

13.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob as penas da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida a tais documentos.

13.2. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do INEA, sob pena de aplicação das sanções cabíveis além do pagamento de indenização por perdas e danos.

13.3. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências do INEA ou a serviço deste, salvo se expressamente autorizado.

13.4. Cada profissional deverá assinar termo declarando estar ciente de que a estrutura computacional disponibilizada pelo INEA não poderá ser utilizada para fins particulares, e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço do INEA, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas.

13.5. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes, ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, no INEA.

13.6. O modelo do TERMO DE CONFIDENCIALIDADE está disponível no Anexo III deste Termo de Referência

14. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

14.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

14.2. Substituir, reparar ou corrigir, em até 05 (cinco) dias úteis, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem defeitos ou vícios nos uniformes ou na execução, ainda que só detectados quando da sua utilização, arcando com o ônus de serviços rejeitados pela fiscalização que não sejam especificados e/ou considerados mal executados, devendo os mesmos serem refeitos;

14.3. Nomear formalmente preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local da prestação do serviço, para representar a CONTRATADA na execução do contrato;

14.4. O Preposto deverá estar apto a esclarecer todas as questões relacionadas à execução do contrato, principalmente no que concerne às faturas dos serviços prestados;

14.5. A empresa CONTRATADA orientará o seu Preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

14.6. A CONTRATADA deverá instruir seu Preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados;

14.7. Na designação do Preposto é vedada a indicação dos próprios funcionários (responsáveis pela prestação dos serviços junto à CONTRATANTE) para o desempenho de tal função;

14.8. A CONTRATADA deve executar o objeto do Contrato conforme Edital e Termo de Referência nos termos das Normas, Portarias, Requisitos Técnicos e demais legislações pertinentes à contratação do objeto em questão, inclusive caberá à CONTRATADA assumir compromisso de cumprir todas as normas relacionadas às questões ambientais quando aplicáveis;

14.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.10. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.11. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, e em seus anexos, conforme oferta final apresentada na sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

14.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.13. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.14. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

14.15. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

14.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.17. A CONTRATADA deverá facilitar a ação dos Fiscais e do Gestor do Contrato, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas por eles;

14.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.20. A CONTRATADA deverá atender com presteza às eventuais reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;

14.21. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

14.22. A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, respondendo por todos e quaisquer comportamentos e atitudes inadequados de seus profissionais, tais como falta de urbanidade, presteza ou decoro;

14.23. Veda-se à CONTRATADA, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações, referentes à prestação de serviços do objeto dos eventuais Contratos, sem a prévia autorização oficial escrita emitida pelo INEA.

14.24. A CONTRATADA deverá firmar TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE, previsto no ANEXO III desta Termo de Referência;

14.25. Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo em tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;

14.26. Caso a futura contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, verifica-se que a própria Lei nº 7.753/17 faculta o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do contrato;

14.27. Efetuar a passagem de conhecimento técnico completo do objeto resultado da contratação para a equipe da GERTEC e para os demais setores do INEA responsáveis pelo projeto. Incluídos nesta, toda a documentação, códigos fonte, manuais de usuários, treinamentos e quaisquer itens relevantes que sejam necessários à continuidade dos serviços oriundos desta contratação;

14.28. Em caso de transição contratual, este conhecimento deverá ser feito de forma integral de todas as fases já executadas tanto para a nova contratada, quanto para a equipe da GERTEC do INEA;

14.29. Qualquer profissional alocado pela CONTRATADA que não demonstrar as qualificações exigidas para os perfis profissionais na execução dos serviços, deverá ser substituído em até 05 (cinco) dias úteis a partir da solicitação da CONTRATANTE;

14.30. Em caso de necessidade de mudança de profissional alocado nos perfis pela CONTRATADA por motivos diferentes do citado no parágrafo anterior, a CONTRATADA terá 15 (quinze) dias úteis a partir da saída do profissional alocado para a apresentação de novo profissional que irá preencher o perfil desfalcado;

14.31. Em caso de ausência de qualquer profissional da CONTRATADA, por motivo de férias ou licença, o perfil desfalcado deverá ser preenchido em até 02 (dois) dias úteis.

14.32. A CONTRATADA deverá atender às despesas e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, necessários à execução do Contrato, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho, e outras;

14.33. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, causados ao órgão ou entidade CONTRATANTE, na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos pela infração cometida ou executada inadequadamente;

14.34. Fornecer ao CONTRATANTE no início da prestação dos serviços e sempre que houver alteração do quadro de mão de obra, relação nominal dos colaboradores, nela contendo foto, identidade, matrícula, CPF, função e quaisquer outros elementos individuais que comprovem a qualificação do profissional, apenas para o controle de segurança da informação, sendo de responsabilidade da CONTRATADA toda a gerência de seus funcionários.

14.35. A CONTRATADA deverá exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados de forma a atender os níveis mínimos de serviço;

14.36. Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo CONTRATANTE, nos limites estabelecidos na Lei 8.666/96;

14.37. As obrigações decorrentes da licitação constarão de contrato bilateral, fazendo parte integrante do instrumento contratual, guardada a necessária conformidade entre eles, o Edital, a proposta, as especificações e os documentos que os acompanharem;

14.38. A CONTRATADA deverá adotar providências no sentido de orientar os funcionários com relação aos procedimentos do contrato;

14.39. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

14.40. O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como o valor provido com o quantitativo de vale transporte;

14.41. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

14.42. Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pela CONTRATANTE, principalmente diante da legislação vigente;

14.43. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

14.44. Realizar, as suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão quanto ao longo da vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde e preventivo exigidos, apresentando os respectivos comprovantes sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

14.45. Na forma da Lei Estadual nº 7.258/16, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados ao contrato ficará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I – Até 200 empregados 2%.
- II- De 201 a 500,3%.
- III- De 501 a 1.000 4%.
- IV – De 1.001 em diante 5%.

14.46. A CONTRATADA deverá observar e respeitar os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Nº 13.709/2018) e suas alterações em suas atividades. Sempre em concordância com a CONTRATANTE para que sejam implementadas as melhores práticas de desenvolvimento de sistemas e gerenciamento dos dados.

15. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

15.1. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida aprovação (mensal) por parte do fiscal e do gestor de Contrato.

15.2. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

15.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

15.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

15.5. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

15.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela CONTRATADA;

15.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

15.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

15.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;

15.7.3. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

15.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

15.9. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.10. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções;

15.11. Rescindir o contrato, pelos motivos por ele aplicáveis, consoante os artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666/1993 nos termos do artigo 80 também daquela Lei;

15.12. Quando for o caso, aplicar, à CONTRATADA, as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

15.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

15.14. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

15.15. Auxiliar à CONTRATADA com documentos, informações e demais elementos que eventualmente venham a ser solicitados e que auxiliem nos serviços que tenham a executar;

15.16. Exercer fiscalização permanente sobre os serviços executados, objetivando a manutenção de elevado padrão de qualidade dos serviços prestados;

15.17. Facilitar o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados do INEA e SEAS, quando necessário, e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste Termo de Referência;

15.18. Ficam reservados ao Gestor do Contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto CONTRATADO, desde que não acarrete ônus para o INEA ou modificação na contratação;

15.19. As decisões que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes;

15.20. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam sanadas as ocorrências, com as devidas reparações ou correções;

15.21. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

16.1. Os serviços especificados neste Instrumento enquadram-se como SERVIÇOS COMUNS para fins do disposto no art. 4º, do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005 (Pregão Eletrônico), revogado pelo DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no Edital e seus anexos, por meio de especificações usuais de mercado, independente da sua complexidade, conforme parágrafo único do art. 1º da Lei 10.502/2002, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação técnica criteriosa.

16.2. A prestação dos serviços NÃO gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

17. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

17.1. A presente contratação será efetuada por meio de processo de licitação, na modalidade PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, levando-se em consideração as especificações e as estimativas previstas neste Instrumento.

17.2. Serão observados, entre outros, os preceitos gerais de Direito Público e, em especial, as disposições da Lei nº 10.520/02, combinada com o Decreto nº 10.024/2019 e subsidiariamente as da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e será subordinada às condições e exigências estabelecidas no Edital.

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

18.1. Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Decreto Estadual 43.629/2012, bem como na Instrução Normativa 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no que couber.

18.2. Deverão ser cumpridas, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

18.3. Deverão ser cumpridas, ainda, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

19. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

19.1. O recebimento provisório do objeto deste Termo de Referência ocorrerá ao longo do período do contrato, através das medições e recebimentos mensais sobre os trabalhos efetuados pelos perfis disponibilizados pela CONTRATADA, pela fiscalização do contrato e pontos focais designados;

19.2. Definitivamente, ao final do contrato, após verificação de conformidade do objeto com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

19.3 Recebimento Definitivo

19.3.1. O recebimento definitivo dar-se-á pelo servidor fiscal representante do Órgão CONTRATANTE, após verificar se o objeto contratado está em conformidade com as exigências constantes deste termo de referência;

19.3.2. O prazo máximo do recebimento definitivo será de 20 (vinte) dias úteis a contar da data do termo de recebimento provisório após a verificada sua conformidade e devidamente implementados em ambiente de produção nos servidores da CONTRATANTE;

19.3.3. Caberá à CONTRATANTE rejeitar total ou parcialmente o item do objeto em desacordo com as especificações estabelecidas no edital e respectivos anexos, ou que apresentar irregularidades.

19.4. Caso a execução do serviço seja considerada insatisfatória pela fiscalização do contrato, principalmente no que concerne ao material utilizado ou pelo método de execução em desacordo com o presente instrumento será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignará as desconformidades, devendo o mesmo ser refeito.

19.5. Após a notificação de que trata o subitem anterior, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.

19.6. A contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para providenciar a correção do serviço executado, a partir da comunicação oficial feita pela fiscalização do INEA.

19.7. Caso a correção não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no contrato e seus anexos.

19.8. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições;

19.9. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

19.10. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e setorial e caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

19.11. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base nas medições definidas no contrato.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTO PARA RETENÇÃO OU GLOSA DE PAGAMENTO

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

20.1.5. Cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA uma advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

20.3. Garantida ampla e prévia defesa, à CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades permitidas em lei e as constantes deste Instrumento, que são:

20.3.1. Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da prestação ou fornecimento em atraso, cabível nos casos de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias no cumprimento dos prazos previstos neste instrumento para os compromissos assumidos;

20.3.2. Multa por inexecução contratual parcial de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da parcela inadimplida, a ser aplicada no atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias; (atraso é caso de multa de mora e não por inexecução);

20.3.3. Multa por inexecução contratual parcial de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual;

20.3.4. Multa por inexecução contratual total de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato cabível na rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;

20.3.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

20.3.6. As penalidades pecuniárias descritas neste Termo de Referência poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, conforme permissibilidade contida na Lei 8.666/93;

20.3.7. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério do CONTRATANTE a aceitação das justificativas apresentadas.

21. DO PREPOSTO DA CONTRATADA

21.1. A CONTRATADA deverá manter durante todo o período de vigência do contrato um Preposto, sem custo para a contratante, com fins de representá-la administrativamente, sempre que necessário, devendo indicá-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, endereço e telefone celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros.

21.2. Na designação do Preposto é terminantemente vedada a indicação dos próprios funcionários responsáveis pela prestação dos serviços junto à CONTRATANTE para o desempenho de tal função.

21.3. O Preposto designado não necessitará permanecer em tempo integral à disposição da CONTRATANTE, devendo, contudo, atender todas as informações requeridas, de forma a garantir o pronto atendimento a quaisquer solicitações da CONTRATANTE.

21.4. A CONTRATADA deverá instruir seu Preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, na figura do Gestor ou comissão de fiscalização, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

21.5. O preposto deverá ser indicado, formalmente, no prazo de até 24 horas após a assinatura do Instrumento Contratual.

21.6. São atribuições do Preposto, dentre outras:

Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da CONTRATANTE;

Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e das instalações da CONTRATANTE colocados à disposição dos empregados da CONTRATADA;

Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da CONTRATANTE;

Apresentar informações e/ou documentação solicitada pela CONTRATANTE e/ou pela fiscalização do contrato, inerentes à execução e às obrigações contratuais, em tempo hábil, estabelecendo-se para tanto o prazo de 72 horas;

Reportar-se ao fiscal do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços e das demais obrigações contratuais;

Relatar ao fiscal do contrato, pronta e imediatamente, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada;

Encaminhar ao fiscal do contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como toda a documentação complementar necessária a manutenção da regularidade e pagamentos;

Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, ou de qualquer outra documentação encaminhada, sempre que solicitado;

Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da CONTRATADA, respondendo perante a CONTRATANTE por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles;

Representar a CONTRATADA, sempre que necessário, nas eventuais reuniões operacionais e/ou administrativas que se fizerem necessárias, não obstante a possibilidade de estar acompanhado por outros representantes da empresa;

Receber em nome da contratada eventuais notificações e intimações que se fizerem necessárias, inclusive com relação a eventuais processos administrativos visando aplicação de sanções, pagamento, reajustes e etc.

22. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

22.1. A fiscalização do Contrato decorrente deste Instrumento caberá aos servidores do INEA, formalmente designados, que determinarão o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666 de 1993, ficando o titular do referido Ente como corresponsável.

22.2. A unidade gestora do Contrato será o Serviço de Contratos – SERVCONT do INEA.

22.3. Por Fiscalização entende-se o conjunto de atividades exercidas, de modo sistemático, pelo INEA e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

22.4. A CONTRATADA deverá sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes e acatar-lhes as exigências quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e providenciar a imediata correção de deficiências constatadas quanto à execução dos serviços CONTRATADOS.

22.5. O INEA manterá, desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma Comissão de Fiscalização e ou servidor formalmente designado para acompanhamento e controle dos trabalhos.

22.6. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo INEA.

22.7. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

22.8. A Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

22.8.1. Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas, profissionais e/ou pessoas;

22.8.2. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de rotinas de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

22.8.3. Avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do Contrato, de responsabilidade exclusiva do Gestor;

22.8.4. Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA;

22.8.5. Realizar testes de controle, por amostragem, sempre que julgar necessário;

22.8.6. Analisar a execução dos serviços mediante o acompanhamento de indicadores mínimos de desempenho, disponibilidade e qualidade, que compõem os Níveis Mínimos de Serviços;

22.8.7. Além dos fiscais administrativos e técnicos nomeados, poderão ser indicados pontos focais para atuarem como fiscais setoriais, que serão os responsáveis em manter o acompanhamento das metas de cada produto e servirão como fontes de informações complementares para o melhor acompanhamento do contrato pelos fiscais e gestor.

23. DO PAGAMENTO

23.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993;

23.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;

23.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

23.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

23.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou em documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

23.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

23.7. A critério do CONTRATANTE, os valores das multas porventura aplicadas, bem como das indenizações devidas a terceiros, por culpa ou dolo da CONTRATADA, serão descontados dos faturamentos a que fizer jus a CONTRATADA;

23.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

23.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;

23.10. Ao CONTRATANTE reservar-se-á o direito de suspender o pagamento, se a CONTRATADA não executar os itens do objeto contratados conforme as especificações;

23.11. O pagamento estará condicionado ao atesto pela seção responsável no respectivo documento fiscal;

23.12. A não indicação pela CONTRATADA de sua opção junto ao Simples Nacional (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) implicará, por ocasião do pagamento, o desconto dos tributos e contribuições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal;

23.13. A CONTRATADA optante não sofrerá a retenção na fonte, devendo apresentar para fins de comprovação da condição de optante, cópia do termo de opção, nos termos do Art. 4º, XI, da IN/RFB nº 1.234/2012;

23.14. O pagamento condicionar-se-á ao atendimento dos prazos e condições de execução e recebimento constantes deste Termo de Referência;

23.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100) / 365	I = 0,00016438
		TX = Percentual da taxa anual = 6%

24. DO REAJUSTE

24.1. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data base do orçamento, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo índice específico ou setorial publicado pelos catálogos utilizados na planilha orçamentária original, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

24.2. A prorrogação de prazos a pedido da CONTRATADA, e sem culpa do CONTRATANTE, não enseja reajuste ou correção.

24.3. Será objeto de reajuste apenas o valor remanescente e ainda não pago.

24.4. As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

24.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do contrato;

24.6. A CONTRATADA deverá sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais que forem previstas na forma do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

25. MECANISMO DE COMUNICAÇÃO A SEREM ESTABELECIDOS

25.1. São mecanismos formais de comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE:

E-mails: forma rápida de comunicação para tratar de informações pouco críticas;

Termo de Recebimento Provisório: termo elaborado pela CONTRATANTE e encaminhado à CONTRATADA;

Termo de Recebimento Definitivo: termo elaborado pela CONTRATANTE e encaminhado à CONTRATADA;

Ordem de Serviço: Documento que poderá ser elaborado pela CONTRATANTE e encaminhado à CONTRATADA;

Sistema Ocomon: Sistema utilizado pelos usuários do INEA para a abertura de ocorrências e solicitações. Possui funcionalidade semelhante à Ordem de Serviço.

25.2. Toda a comunicação entre a Administração Pública e a CONTRATADA deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação.

26. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

26.1. O critério de avaliação das propostas será o **menor preço global**.

26.2. A composição do valor global deverá levar em consideração o somatório dos valores fixos referentes aos SERVIÇOS PERENES DE GERENCIAMENTO e o valor resultante do cálculo das USTs para os SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO SOB DEMANDA DE DESENVOLVIMENTO.

26.3. O regime de execução do serviço será indireto, de forma contínua, mediante empreitada por preço global.

26.4. As empresas deverão estimar seus preços com base nas especificações e obrigações definidas na legislação e no Termo de Referência, de modo a não incorrer em erro.

26.5. A licitante deverá obrigatoriamente preencher sua proposta de preços em conformidade com os modelos de planilhas constantes do Anexo II do Edital.

26.6. No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, transporte, alimentação, despesas administrativas, lucro, equipamentos, materiais e demais insumos necessários à sua composição.

26.7. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação.

26.8. O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como o valor provido com o quantitativo de vale transporte.

26.9. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, tal como reza o §2º, do Art. 63 da Instrução Normativa 05/2017.

27. DA VISTA TÉCNICA

27.1. A visita técnica é facultativa sendo, no entanto, de total responsabilidade da empresa CONTRATADA a correta execução do serviço.

27.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa poderá, em caráter opcional, realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, durante o expediente da unidade.

27.3. Esta vistoria tem por finalidade proporcionar a todos os interessados traçar seus planejamentos com base no pleno conhecimento das peculiaridades das instalações, ocasião em que serão proporcionados todos os esclarecimentos quanto aos locais de execução dos serviços e outras informações pertinentes ao objeto.

27.4. Através da visita técnica a administração poderá permitir a criação de ações que racionalizem os esforços de mão-de-obra, bem como de material e de tempo das operações, gerando redução de custos e prazos, evitando-se assim a inconveniência de serem oferecidas propostas com escopos em desacordo com os termos previstos neste Instrumento.

27.5. Na ocasião, após a realização da visita, o visitante receberá um Atestado de Visita.

27.6. O prazo para vistoria inicia-se imediatamente no dia útil seguinte à publicação do Edital, estendendo-se pelo período de 05 dias úteis, sendo que para a realização da vistoria, o representante deverá estar devidamente identificado.

27.7. É facultado às empresas interessadas comparecer fisicamente ao local da execução do objeto contratual com a finalidade de vistoriá-lo em conjunto com os eventuais equipamentos existentes, tomando ciência de suas características, para a perfeita execução dos serviços.

27.8. A opção pela visita física para a realização de vistoria técnica constitui direito e ônus da empresa interessada, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas não ostenta caráter eliminatório para fins de exame de habilitação.

27.9. A empresa que fizer a opção de não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços, ora objeto da contratação, não poderá alegar desconhecimento das condições de execução contratual, principalmente com relação aos hardwares e demais equipamentos como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do Contrato, atrasos na implementação ou alterações do objeto contratual.

27.10. Nessa hipótese, como alternativa possível, admite-se a apresentação de declaração da empresa no sentido de que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual do local, eventuais equipamentos e extensão dos serviços), assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução.

27.11. O agendamento para realização da visita física para realização de vistoria técnica poderá ser realizado através de contato com o INEA, através da Gerência de Tecnologia – GERTEC, pelo e-mail: getec@inea.rj.gov.br.

27.12 As empresas ficam cientes de que não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

28. CRITÉRIOS DE EXIGÊNCIAS:

28.1. Após a assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Atestado (s) de capacidade técnica quanto à prestação de serviços especializados objetos do Termo de Referência, preferencialmente emitido(s) por pessoa jurídica de direito público, atestando que a empresa possui aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível em características técnicas e quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento), ou no mínimo 12 (doze) meses de experiência, do total dos serviços contratados neste certame.
 - a) Os atestados deverão conter o nome da empresa declarante, a assinatura do responsável, a identificação do nome e telefone para contato.
 - b) A qualificação técnica exigida para a presente contratação refere-se apenas a capacidade técnico-operacional relacionada à sociedade empresária, dispensando-se a comprovação da capacidade técnico-profissional, concernente a sua equipe técnica e/ou responsável técnico.
 - c) Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, sendo aceito o seu somatório, desde que reste demonstrada a execução concomitante do objeto.
 - d) Os atestados poderão apresentar medições em UST, horas e/ou ponto de função, no padrão definido pelo IFPUG (international Function Point Users Group);
 - e) Caso sejam apresentados atestados em ponto função, será considerada a equivalência de 1 (um) ponto função bruto = 7 (sete) Unidades de Serviço Técnico (UST). Com vistas a permitir a comparação de atestados, serão considerados apenas ponto função brutos ou não ajustados;
 - f) Caso sejam apresentados atestados em horas, será considerada a equivalência de 1 (um) hora = 1 (um) unidade de serviço técnico (UST);
 - g) Serão considerados para avaliação apenas os atestados acompanhados de cópias dos respectivos contratos e aditivos;
 - h) No caso de apresentação de atestado de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial do licitante vencedor. Serão consideradas como de mesmo grupo, empresas controladas pelo licitante vencedor, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e do licitante vencedor;

2. Em alternativa ao atestado/certidão, será aceita a apresentação de certificação CMMI nível 3 ou MPS- BR nível C, para comprovação de maturidade em seu processo de desenvolvimento de software.

29. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar, juntamente com a Proposta Técnica. Os seguintes documentos:

- a) Registro da empresa no CREA, já que este é o conselho do ramo da Engenharia da Computação;
- b) Comprovação da Licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor de Atestado de Capacidade Técnica com certidão registrada no CREA, por execução de serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de qualificação técnica abaixo;
- c) Comprovação, fornecida pelo INEA, de que participou da visita técnica e tomou conhecimento de todas as informações das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

São consideradas parcelas de qualificação técnica:

1. Prestação de serviços de atividades técnicas utilizando as boas práticas de gerenciamento de projetos de acordo com o guia PMBOOK sexta edição em pelo 1 (um) contrato;
2. Realização de serviços técnicos especializados contemplando mobilização de profissionais certificados PMP (Project Manager Professional) em pelo menos 1 (um) contrato;
3. Realização de gerenciamento contemplando a elaboração de relatório técnico gerencial e proposta técnica em um único contrato;
4. Realização de Gerenciamento contemplando elaboração de especificações técnicas de acordo com a orientação técnica OT 01/2006 do IBRAOP em pelo menos 1 (um) contrato.

Todos os documentos deverão ser entregues em português, ressaltando-se expressões técnicas de uso corrente;

As despesas e responsabilidade pela obtenção das autorizações quanto às permissões, aprovações e/ou licenças junto das autoridades governamentais federais, estaduais e municipais, agentes do serviço público, concessionárias de serviços públicos e quaisquer outros órgãos/entidades necessários, referentes à execução do objeto são da CONTRATADA.

30. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 30.1. O Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de publicação em D.O. e conforme art. 24, da Lei nº 8.666/1993 e poderá se dar a renovação até o limite permitido.
- 30.2. A CONTRATADA deverá sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

31. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

31.1. A pretensa contratada deverá comprovar os requisitos mínimos quanto à sua capacidade de executar o objeto, como condição à habilitação para a celebração do pretendido vínculo jurídico, tal como se observa do Art. 31 de Lei de Licitações, de modo que a exigência a que se refere o presente Instrumento tem por objetivo verificar, pela análise contábil, se a empresa interessada possui condições financeiras para executar a contento o contrato, evitando que o Poder Público contrate com pessoas desqualificadas o que, em tese, colocaria em risco não só a execução do serviço, bem como o próprio erário.

31.2. A empresa detentora da proposta com o menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

31.3. Se a empresa não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

31.4. Na Comarca da Capital as certidões mencionadas no item 28.2 são expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

31.5. Não será causa de inabilitação a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

31.6. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios.

31.7. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, assim apresentados:

31.7.1. Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- a. Publicados no Diário Oficial ou;
- b. Publicados em jornal de grande circulação ou;
- c. Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da empresa.

31.7.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- a. Por fotocópia das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantados, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, ou em outro órgão equivalente ou;
- b. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da empresa.

31.7.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- a. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da empresa ou;
- b. Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente.

31.7.4. Sociedade criada no exercício em curso:

- a. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial ou em Órgão equivalente da sede ou domicílio da empresa.

31.8. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

32. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO

32.1. Somente poderão participar do processo de contratação, empresas devidamente credenciadas junto ao SIGA, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/02.

33. DA GARANTIA

33.1. A CONTRATADA garantirá, por 06 (seis) meses, contados do aceite do Gestor, que os produtos e documentos entregues atenderão todas as especificações descrita na Ordem de Serviço dentro dos padrões estabelecidos pelo INEA;

32.2. As demandas de serviços em garantia serão realizadas por meio de Ordem de Serviço, na qual deverão constar os prazos de início e término do atendimento. As manutenções corretivas, advindas de erro da CONTRATADA, durante a vigência da garantia não serão remuneradas.

34. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

34.1. Na forma da lei será admitida a possibilidade de subcontratação parcial dos serviços licitados, principalmente na medida em que a parcela passível de subcontratação não contempla atividade de maior relevância técnica.

34.2. De modo a balizar o entendimento de que trata os Art. 72 e 78, inc. IV, da Lei de Licitações fica estabelecido que o limite da subcontratação de que trata o subitem anterior será de até 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

35. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DO CONSÓRCIO

35.1. Por se tratar de um projeto com o objeto de serviço amplamente encontrado no mercado e por seu breve período de execução, não haverá a possibilidade de participação de consórcio;

35.2. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio;

35.3. Ademais, essa vedação visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluís/carteis para manipular os preços nas licitações.

36. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

36.1 Na contratação pretendida não será possível participação de empresas, em cooperativa, principalmente na medida em que, pela natureza da atividade ou pelo modo como o serviço é usualmente executado no mercado, há necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e a empresa contratada, bem como personalidade e habitualidade, situação que veda a participação de sociedades cooperativas em licitações, pois, por definição, não existe vínculo de emprego entre essas entidades e seus associados.

37. INCIDÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

37.1 Por se tratar de contratação com valor aprovado do projeto acima de R\$ 650.000,00 para a contratação de serviços através de licitação/pregão, faz-se necessária a exigência do programa de integridade.

38. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

38.1 Os recursos necessários à realização do serviço licitado correrão à conta da dotação orçamentária prevista no Edital.

39. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

39.1 Conforme levantamento feito através do Estudo Técnico Preliminar, o valor estimado para a contratação é de **R\$ 23.603.933,72 (Vinte e três milhões, seiscentos e três mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos).**

40. DISPOSIÇÕES GERAIS

40.1 Durante a execução dos serviços constantes deste termo, novos sistemas, equipamentos e tecnologias podem ser adicionados, substituídos, modificados, agrupados, desagrupados, descontinuados ou sofrer mudança de plataforma tecnológica, a critério do CONTRATANTE.

40.2 A CONTRATADA deverá arcar com todos os gastos referentes a cursos, obtenção de certificações, treinamentos e seleção dos recursos alocados na prestação dos serviços, não cabendo nenhum custo adicional para o CONTRATANTE.

40.3 CONTRATANTE se reserva ao direito de rejeitar qualquer profissional da CONTRATADA, exigindo sua substituição quando não esteja correspondendo ao desempenho das tarefas definidas, que não atenda ao perfil, ou que não esteja de acordo com os critérios de cordialidade e comprometimento esperados, inclusive, quando se verifiquem falhas que coloquem em risco à segurança operacional, comunicando o fato à CONTRATADA para as devidas providências.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Remanowski Vieira, Chefe de Serviço**, em 17/05/2023, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Frederico Nibra Calomeni, Gerente**, em 17/05/2023, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Figueiredo da Silva, Adjunto**, em 17/05/2023, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **52209997** e o código CRC **99D38AF7**.